



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025



## ATA N.º 22

### SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR REALIZADA EM 30-04-2025

----- Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Auditório da Biblioteca Municipal de Gondomar, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira -----

----- 1.º Secretário: José Manuel Cardoso Alves Pereira -----

----- 2.ª Secretária: Márcia Cristina Guedes de Castro Silva Bandeira -----

----- Verificou-se a presença dos(as) Senhores(as) Deputados(as): Adelino Oliveira Miranda, Hugo André da Costa Santos, em substituição de Ana Patrícia Pegas da Cruz, Ana Rita Fernandes Bessa, Arménio Lino Martins, Artur Fernando Torres Vieira de Sousa, António Manuel Rodrigues de Sousa, Carla Isabel Pinto Ferreira, Daniel Filipe Oliveira Vieira, Emanuel Fernando Pinto de Andrade, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Fernando Alício Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Fernando Fernandes Duarte, Fernando Miguel dos Santos Azevedo, Maria Teresa Rocha de Sousa Santos, em substituição de Joana Daniela Baldaia Resende, João Pedro de Andrade Pinho da Silva, João Pedro Serra Soares Forte, Carlos Eduardo Aranha da Costa, em substituição de João Resende Pinto Figueiredo, José Miguel Miranda Laranjeira, Manuel Pedro Ferreira de Carvalho, Joel Ferreira Pinto, em substituição de Maria José Nogueira Barbosa Correia, Maria Rosa de Sousa Oliveira, David Manuel da Rocha Santos, em substituição de Maribel Santos Fernandes, Mónica Alexandra Rebelo Almeida Sampaio, Manuela da Conceição Ferreira Carneiro, em substituição de Ricardo Jorge Cardoso dos Santos Couto, Nuno Miguel Ribeiro Pontes, Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva, Sara Cristina Oliveira dos Santos, Telmo Afonso da Mota Viana e Urbano José Garrido de Brito Ferreira Marques. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30.ABR.2025



----- Por inerência estiveram presentes os(as) Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores(as): Francisco Alves Laranjeira - Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte, Rui da Mota Correia - Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, Nuno Filipe Brito da Fonseca - Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, Lídia Ferreira, em substituição de Rosalina Sofia Neves Martins - Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e São Pedro da Cova, Silvino de Sousa Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Sousa e Covelo, António José Ribeiro Bráz - Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e Manuel José Santos Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Melres e Medas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30.ABR 2025



GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

**ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 30 DE ABRIL DE 2025 (4ª FEIRA), PELAS 21 HORAS E 30 MINUTOS, NO AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

**A - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (27-02-2025).**
- 2. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:**
  - 2.1** - Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2024;
  - 2.2** - Terrenos – Desafetação de parcela de terreno com a área de 3,00m<sup>2</sup>, sita na Rua de Manariz, em Fânzeres, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova;
  - 2.3** - Transporte escolar – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia da Lomba;
  - 2.4** - Concurso para cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º, 3.º e 4.º graus – Alteração da composição do Júri;
  - 2.5** - Abertura de procedimentos concursais para cargos de Direção Intermédia de 1.º e 2.º grau;
  - 2.6** – Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação do Município de Gondomar 2025-2030 – Para conhecimento.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Aníbal Jaime Gomes Lira)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30.ABR 2025



----- Entrou-se no ponto **A - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Nos termos dos números 1 e 6, do artigo 49º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, e do número 1, do artigo 26.º, do Regimento da Assembleia Municipal, na sua redação atual, foi aberto o período de intervenção ao público, não se tendo verificado nenhuma intervenção: -----

----- Entrou-se no ponto **B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Foram apresentados à Mesa os seguintes documentos, que adiante seguem, para integrarem o Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **VOTO DE PESAR** (Documento 1), pelo “Falecimento do Papa Francisco”, apresentado pela **Mesa da Assembleia Municipal**. -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** (Documento 2), sobre a “Redução das Tarifas de água e saneamento”, apresentada pelo Grupo Municipal do **CDS**; -----

----- **MOÇÃO** (Documento 3), sobre a “Antiga Central de Captação de Água de Foz do Sousa”, apresentada pelo Grupo Municipal do **CDS**; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025

**GONDOMAR**

*e Povo*

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

*Aprovado por  
unanimidade*

### VOTO DE PESAR

Sua Santidade o Papa Francisco, marcou o nosso tempo pela sua simplicidade. Pela igualdade, entre todos os seres humanos. Pela defesa das mulheres e dos mais fracos. Por uma Igreja de todos e para todos.

A sua morte representa uma grande perda para a Igreja Católica e para o mundo.

A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 30 de abril de 2025, decide:

- 1 – Aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco;
- 2 – Aprovar um minuto de silêncio pelo falecimento de sua Santidade.

Gondomar, 30 de abril de 2025

Pela Mesa da Assembleia Municipal

O Presidente

30. ABR 2025



*ps já fedo para  
relacionar  
com o PS  
da presidência de junta*

## **Assembleia Municipal de Gondomar**

### **Proposta de Recomendação – Redução das tarifas de água e saneamento**

O PS Gondomar, passou a última campanha eleitoral Autárquica, a prometer que iria negociar com a empresa Águas de Gondomar uma descida das tarifas de água. Como já é habitual o PS prometeu, mas não cumpriu. Já estamos habituados.

Se o Executivo Municipal do PS decidir mesmo avançar com essa negociação junto da concessionária, o CDS concorda com tal iniciativa, nem que para isso seja necessário renegociar o contrato de concessão, dando como moeda de troca à concessionária o prolongamento do contrato, tendo como contrapartida uma descida significativa dos preços praticados pelo menos no primeiro e no segundo escalão quer no abastecimento de água, quer no saneamento. Tem igualmente de ser revistos os valores dos ramais de abastecimento de água e também os de saneamento, que são igualmente vergonhosos. Nós não temos medo de o afirmar: os preços da água em Gondomar são um ROUBO. Um verdadeiro ASSALTO ao bolso dos Gondomarenses! Para quem não tem noção dos preços exorbitantes que se praticam em Gondomar, sugiro que façam uma comparação com os preços praticados no Porto, em Gaia, ou em Matosinhos, por exemplo.

E sim, para que fique bem claro, o CDS não quer saber de quem é a culpa. Se é deste Executivo do PS, ou se é de Executivos anteriores. O CDS quer é resolver um dos principais problemas que afecta o Concelho e os Gondomarenses. Não daremos para o peditório do jogo do empurra. ~~O CDS também não irá embarcar no jogo populista e demagógico do Bloco de Esquerda e da CDU, de que é necessário resgatar a concessão.~~

O resgate da concessão implica o pagamento de uma indemnização por parte da Câmara Municipal à empresa concessionária a rondar os 200 milhões de euros. Este grave problema não se resolve por isso com populismos, com demagogias, nem com jogos de empurra. Este problema resolve-se com pragmatismo, com realismo, com coragem e com vontade política. Os Gondomarenses não querem saber das tricas políticas. Os Gondomarenses querem é pagar menos ao final do mês quando receberem a factura das Águas de Gondomar.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em sessão ordinária, a 30 de Abril de 2025, delibera:

- 1. Instar o Executivo Municipal a negociar uma redução das tarifas de água e saneamento junto das Águas de Gondomar.**

A Moção deve ser enviada:

1. Câmara Municipal de Gondomar;
2. Juntas e Uniões de Freguesia;
3. Publicada no Site e nas Redes Sociais do Município;
4. Empresa Concessionária dos Serviços Públicos de Água e Saneamento do Município;
5. Órgãos de Comunicação Social.

**O Grupo Municipal do CDS**  
**Pedro Carvalho**  
**Urbano Marques**  
**Gondomar, 30 de Abril de 2025**  
[cdsgondomar@gmail.com](mailto:cdsgondomar@gmail.com)

30. ABR 2025



**Assembleia Municipal de Gondomar**

**Moção – Antiga Central de Captação de Água de Foz do Sousa**

*Resutado > 1º  
com voto confuso do  
PS - 1º voto contra a  
moção*

Mais uma vez o Grupo Municipal do CDS vem cumprir o seu dever perante os Gondomarenses que nos elegeram e referenciar como um dos pontos mais críticos do Concelho, alertar uma vez mais o Executivo Municipal para a necessidade de se envolverem, de uma forma mais actuante, na resolução do problema da degradação e abandono em que se encontram as instalações da antiga Central de Captação de Água da Foz do Sousa. Relembramos os membros desta Assembleia Municipal que esta Central desempenhou durante praticamente 100 anos (foi construída em 1887 e desactivada em 1985 com a construção e entrada em funcionamento da Estação de Tratamento de Água de Lever) um importante papel no fornecimento de Água aos Concelhos do Porto, Gondomar, Gaia e Matosinhos.

Infelizmente hoje essa Central encontra-se completamente esquecida, gravemente degradada e com a cobertura em risco de ruína iminente. Apesar de estar localizada na Freguesia de Foz do Sousa, no nosso Concelho, o seu proprietário é a Empresa Municipal de Águas do Porto, que não tem feito nenhum investimento de recuperação desta infra-estrutura, muito provavelmente por se encontrar instalada num Concelho fora da sua área geográfica de actividade. Compete então ao Município de Gondomar e ao seu Executivo Municipal, zelar por estas históricas instalações, considerando tratar-se, e desde 2009, de um imóvel de interesse público declarado pelo Governo. O imóvel está completamente degradado há já vários anos, mas neste momento o perigo de ruína é real, como se pode constatar facilmente no local, designadamente pelo estado deplorável do seu telhado, exigindo uma rápida e estruturante recuperação total que potencie a sua devolução à Comunidade em que está inserido, mas também pela sua história, ao Distrito do Porto e a toda Região Norte.

Sabemos que a incumbência da sua recuperação pertence à Empresa Municipal Águas do Porto; contudo, estando implantada no Concelho de Gondomar, urge que os responsáveis municipais Gondomarenses, no desempenho das suas competências de Protecção Civil e Urbanismo, oficiem diligências no sentido de encontrar uma solução para esta instalação. Justifica-se por isso, encontrar urgentemente uma solução definitiva que garanta a recuperação total desta instalação e a sua manutenção na esfera pública. Temos consciência das dificuldades financeiras que acarreta a aquisição de uma instalação desta envergadura e a sua recuperação pela Câmara Municipal de Gondomar junto da Empresa Municipal Águas do Porto. Defendemos por isso que o Executivo Municipal, concretize o projecto saído da cerimónia que decorreu no dia 02 de Julho de 2021, com toda a “pompa e circunstância” no interior das instalações desta Central, e que na altura juntou os Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Gondomar e do Porto, a que se juntou também o Sr. Ministro do Ambiente do anterior Governo Socialista, e o Presidente das Águas do Douro e Paiva, tendo sido anunciado publicamente nessa altura que a instalação finalmente iria ser recuperada e que se iria construir no local, um Centro de Inovação e de Conhecimento do Sector.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30.ABR 2025



----- **SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Antes das inscrições e de acordo com o que ficou estabelecido na reunião de Líderes, pediram para a Assembleia e a Mesa fazer um Voto de Pesar que representasse toda a Assembleia pela morte do Papa Francisco, (Documento 1), o qual já foi distribuído aos Senhores Deputados. Leu e apresentou o referido documento. -----

----- **VOTAÇÃO:** -----

----- **VOTO DE PESAR** (Documento 1), pelo “Falecimento do Papa Francisco”, apresentado pela Mesa da Assembleia da Assembleia Municipal: **Aprovado por unanimidade.** -----

----- Após a votação, foi cumprido um **minuto de silêncio.** -----

----- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

----- **MANUEL PEDRO CARVALHO** (CDS) – Vou ser um bocadinho repetitivo, já são assuntos antigos, eu sei que o Deputado Daniel na última Assembleia falou neste assunto, mas não me recordo da resposta do Executivo e gostaria de saber como é que está a preparação da época balnear, nomeadamente a questão da qualidade da água, essencialmente em Zebreiros e em Melres e a preparação da época dos incêndios e reiterar, mais uma vez, a limpeza dos caminhos florestais da Lomba, porque se tivermos um verão como o ano passado com muitos incêndios, provavelmente vamos ter problemas na Lomba. Ainda da Lomba, lembrar a questão da água de Monte de Meda, mais uma vez, até por ser uma zona crítica por causa de incêndios. -----

----- **MIGUEL AZEVEDO** (PS) – A proposta hoje apresentada pelo CDS, merece ser analisada com seriedade e com responsabilidade, desde logo é necessário lembrar que o contrato de concessão com as Águas de Gondomar foi assinado em 1997 pelo Executivo de então, que não este, um contrato de trinta anos, não reconhecer este enquadramento é omitir o essencial. As condições contratuais que hoje nos vinculam foram herdadas, não criadas por este Executivo, mas mais do que isso é falso que o Executivo não tenha atuado. Em 2019, foi firmado um novo acordo com a concessionária negociado pelo Executivo liderado por Marco Martins que prolongou o contrato, sim, mas com contrapartidas reais. Implementação da tarifa social da água que hoje apoia centenas de famílias, redução de tarifas nos primeiros escalões de consumo, beneficiando quem consome menos, investimento em rede de saneamento e ligações domiciliárias sem encargos diretos para o Município, criação de critérios de isenção ou





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025



redução em situações sociais vulneráveis. Estes avanços são concretos, são medidas de justiça social e foram possíveis através de negociação séria sem populismos. A proposta do CDS parte de um pressuposto simplista de que renunciar tarifas seria fácil, rápido e sem custo, mas ignora que as tarifas são vinculadas ao contrato e há formas de atualização legalmente aceites indexadas a custos operacionais e inflação. A denúncia ou o resgate do contrato implicaria indemnizações na ordem dos 200 milhões de euros como o próprio CDS admite. Estamos a poucos anos do fim do contrato, momento em que será possível rever todo o modelo de gestão, perante isto a recomendação apresentada é na prática um exercício de ilusionismo político, pede que se renuncie sem dizer como, nem com que fundamentos legais ou que contrapartidas se propõem, querem baixar preços sem explicar como compensaria a concessionária, o que contraria qualquer lógica contratual ou de interesse público. O Executivo Municipal está assim empenhado em encontrar soluções para o pós-término do contrato e fê-lo com provas dadas, negociou, baixou tarifas, criou apoios sociais e assegurou investimentos. Por isso, rejeitamos esta proposta, não por rejeitar diálogo, mas por recusarmos irresponsabilidade, o que Gondomar precisa não são promessas vazias, mas políticas sérias e é isso que o Executivo tem feito. -----

----- **DANIEL VIEIRA (CDU)** – Queria começar a minha intervenção por uma saudação ao 25 de Abril e às suas comemorações, esta Assembleia Municipal tem-se pronunciado mais vezes sobre o 25 de Novembro e nós não queríamos deixar de falar daquilo que foram as comemorações populares este ano do 25 de Abril, apesar da tentativa do Governo, da forte participação popular, e em particular de jovens, nessas mesmas comemorações. Sobre as moções do CDS, apesar de acharmos que há um conjunto de incongruências em relação à moção da Central, por uma questão de princípio, votaremos favorável. Relativamente à moção das Águas de Gondomar, a sensação com que eu fico é que o CDS não quer que ela seja aprovada, porque o CDS conhece aquela que é a nossa posição de curto prazo e a de longo prazo e sabe que, do ponto de vista de curto prazo, nós convergimos numa ideia de que são precisas propostas concretas para baixarmos de imediato as tarifas, até temos citado várias vezes aquilo que é o parecer da Entidade Reguladora para procurar justificar essa proposta concreta, mas a moção do CDS, tem um preâmbulo em que 25% a 35% é para dizer mal da CDU



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025



e do Bloco de Esquerda. Se o CDS estiver disponível para tirar essa parte do preâmbulo, que essa sim é uma posição demagógica, nós naturalmente teremos uma posição diferente. Se o CDS gastar 25% da sua moção a “casca” nos comunistas, que se têm batido pela redução do preço da água, nós, por uma questão de princípio e de ética, não acompanharemos. -----

----- Duas questões para o Executivo Municipal, uma já foi colocada, tem a ver com a classificação das águas balneares. Queria também levantar outra questão, que sei que já foi levantada em reunião de Câmara, mas acho que esta Assembleia Municipal merece um esclarecimento. Eu conheço bem o Bairro da Gandra, tem um tipo de construção que, para a época em que foi feita, está à frente do seu tempo. Não há dúvida nenhuma que o Bairro da Gandra precisava de obras e a Câmara decidiu avançar com elas, e não há dúvida de que precisava de uma mudança estrutural, mas de facto o que me vai chegando, através das redes sociais, é um conjunto de preocupações, um atraso incompreensível das obras, hoje vi as imagens de uma ambulância que ficou presa na rua de acesso ao bairro, queria questionar qual é o ponto da situação, o porquê destes atrasos, que solução o Executivo tem para resolver estes atrasos, quer de acesso, quer de insalubridade, dos problemas que se verificam nas obras já realizadas, ou seja, uma situação que eu diria mesmo um pouco caótica e que eu creio que precisaria de alguma intervenção urgente por parte do Município. -----

----- **ARTUR SOUSA** (PS) – Leu e entregou documento sobre o “Dia Internacional do Trabalhador”, que adiante segue. -----

ABRIL FES-JE NA ILUV FEMINIL COMITÊ  
CONGRASSUA EXECUTIVO PELA ESCOLHA  
30.ABR 2025  
ESPACIO  
EXECUTIVO  
MUNICIPIO  
PAÇOS  
DO  
CONCELHO

Exmo. Sr. Presidente Assembleia, Exmo. Sr. Presidente executivo, Sras. e Srs. vereadores, Sras. e Srs. Deputados, caros concidadãos.

A poucas horas de assinalarmos o dia internacional do trabalhador, impõe-se a reflexão aos vários problemas que ainda assolam o mundo das relações laborais.

Nesta data, destacam-se não só as conquistas no campo dos direitos dos trabalhadores, mas pretende-se também sensibilizar para a falta de condições de trabalho que ainda se verificam por todo o mundo.

É, por isso, um dia para todos os que defendem uma sociedade mais justa e solidária.

Num inquérito da Organização Mundial do Trabalho publicado no ano de 2021, conclui-se que 23% dos trabalhadores sofreu violência e assédio no local de trabalho, seja físico, psicológico ou sexual.

Do executante, ao criativo, do subordinado, ao superior hierárquico, do trabalhador por conta de outrem ao empregador, todos somos trabalhadores.

O trabalho representa por si só essa capacidade de as pessoas se organizarem, colaborarem e contribuírem para a satisfação de uma necessidade comum.

O trabalho dá um sentido às nossas vidas, melhora a nossa auto estima, dá-nos um sentido de pertença.

O trabalho deveria e tem de ser essencial na felicidade de homens e mulheres.

Muito mais que as questões salariais sempre importantes e não negligenciáveis urge focar a nossa atenção na felicidade dos indivíduos na labuta diária no espaço laboral.

Recentemente o Jornal Expresso noticiava que metade dos trabalhadores portugueses sentem-se exaustos, tristes, irritáveis, à beira do colapso.

Não! Não! trabalhar não pode ser um acto de sofrimento, de angústia, de infelicidade.

30.ABR 2025

Todos temos a obrigação de na sua exacta medida contribuímos para um ambiente saudável nas empresas, na relação com o outro, com os colegas independentemente da posição hierárquica.

O dever de estar alerta, para as múltiplas situações que diariamente nas relações laborais se transformam em formas de agressão, de negação do humano.

Denunciar, intervir, mudar comportamentos, esta é uma responsabilidade de todos, agir na defesa do respeito, da dignidade, no combate à agressão física e psicológica que por aí pulula e muitas das vezes pouco ou nada fazemos.

A competição, a incapacidade de olhar o outro, o egoísmo, a falta de formação cívica e humana é algo a combater nos diferentes locais de trabalho.

O século XXI tem e deve ser o tempo da felicidade de homens e mulheres na sua única, efémera e irrepetível existência.

Todos temos uma responsabilidade na mudança de paradigma.

A felicidade individual reflete-se na felicidade coletiva, e esta felicidade coletiva ganha forma pelo fortalecimento da resiliência essencial para ultrapassar barreiras e obstáculos e aproveitar estes desafios como boas formas de crescimento Pessoal e Profissional.

A Felicidade no trabalho depende de todos!

Artur Sousa

Grupo Municipal do Partido Socialista

Gondomar, 30 de Abril de 2025



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30.ABR 2025

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- **URBANO MARQUES (CDS)** – Trago aqui três assuntos. O primeiro tem a ver com o mau piso na Rua Particular, em Fânzeres, não temos representante nessa União de Freguesias, por isso apresento esta reclamação que nos foi apresentada por um Munícipe. -----

----- Em relação às ruas de S. Cosme, continuo a dizer o mesmo, o piso está cada vez pior e a degradar-se, vi que iam asfaltar a rotunda do *Burger King*, mas afinal era só para ter um piso liso para o *drift* no Rali de Gondomar. -----

----- Na Gandra temos uma unidade industrial em plena laboração, quando ela foi para lá os Senhores sabiam que foi licenciado para uso industrial e não percebo como é que os diferentes responsáveis pelo Urbanismo da Câmara permitiram que à volta se construíssem casas. Ainda na segunda-feira, na altura do apagão, houve mais um sinal de alarme naquele local, via-se uma nuvem de fumo cinzento. Se acontecer alguma coisa, quero saber quem vai ser responsável por danos materiais, ou vidas humanas. Se é uma zona industrial, nunca devia de ser permitido que no perímetro da fábrica, fossem construídas habitações particulares. -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – Quanto à época balnear e aos rios, acho que já foi respondido na última Assembleia Municipal, a Câmara não tem competência nessa matéria, vai acompanhando a situação e aguarda pelos resultados que a APA a seu tempo revelará. Quanto à limpeza das florestas, também já foi abordado na última reunião da Assembleia Municipal, ainda esta semana reuniu a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, que estão a fazer o seu trabalho e mesmo que Monte de Meda seja uma preocupação, reitero aquilo que disse na última sessão, procuremos ajudar onde for possível, mas há situações em que é irremediável fazer chegar a água. -----

----- Bairro da Gandra, sim, temos um problema com a intervenção que está a ser realizada, um problema no arruamento. Algumas daquelas habitações são propriedade Municipal e outras são propriedade privada, que foram alienadas ao longo do tempo e isso também dificultou na repartição dos encargos com a intervenção, designadamente ao nível das coberturas. De qualquer forma, está a ser ultimado um plano de ação para que possamos agir rapidamente e procurar melhorar a situação, mas temos de reconhecer que as coisas ali não estão bem, têm de ser melhoradas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025

  
**GONDOMAR**  
*Sousa*  
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- Relativamente ao incêndio que ocorreu na Sociedade Portuense de Drogas, estive no local, é verdade que aquela unidade industrial constitui um perigo, é verdade que também acreditamos que a própria sociedade põe em prática as medidas legais que estão previstas para indústrias daquele tipo, também sabemos que aquela sociedade dá emprego a muitos gondomarenses e temos que considerar essa situação e também sabemos que existem ali edificadas muitas habitações nas redondezas e estamos a falar de uma realidade, que vem de há cinquenta ou mais anos. Da parte da Proteção Civil e Bombeiros, estamos sempre atentos ao que acontece, temos de tentar mitigar o problema, é verdade que o problema existe e o incêndio de há dois anos foi assustador. Estamos atentos ao assunto, mesmo junto da empresa, para que possa promover mais medidas de proteção e de segurança. -----

----- Em relação à proposta de recomendação de redução das tarifas da água e saneamento, realmente a Câmara Municipal chegou a um acordo com as Águas de Gondomar para a redução em 16% do preço da água, no que diz respeito às tarifas domésticas, dos dois primeiros escalões, que é o que está a acontecer. Aliás, no documento que daqui a pouco vai ser analisado, o Relatório e Contas de 2024, também constam 2,7 milhões de euros que a Câmara Municipal pagou às Águas de Gondomar, por conta dessa redução de preço. -----

----- **VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS À MESA:** -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Relativamente ao documento referente à proposta de recomendação de redução das tarifas de água e saneamento, o proponente veio aqui à Mesa dizer que retiraria o parágrafo que diz “o CDS também não irá embarcar no jogo populista e demagógico do Bloco de Esquerda e da CDU de que é necessário resgatar a concessão”. Estão de acordo que seja retirado o parágrafo? Dado que ninguém se impõe, vamos proceder à votação. -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** (Documento 2), sobre a “Redução das Tarifas de água e saneamento”, com a alteração referida na ata, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS, que posta à votação foi **rejeitada por maioria**, com 23 votos contra (PS), 12 abstenções (6 PSD + 4 CDU + 2 BE) e 5 votos a favor (2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025

  
**GONDOMAR**

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- **MOÇÃO** (Documento 3), sobre a “Antiga Central de Captação de Água da Foz do Sousa”, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS, que posta à votação foi **rejeitado por maioria**, com 23 votos contra (PS) e 17 votos a favor (6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL). -----

---

*Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 30 de abril de 2025***DECLARAÇÃO DE VOTO****Documento n.º 2 – Proposta de Recomendação – “Redução das Tarifas de água e saneamento”**

Os eleitos da CDU consideram que, no imediato, é positiva qualquer proposta que vá no sentido da redução do preço da água. O que os eleitos da CDU não aceitam é que essas propostas, tal como sugere o CDS, se façam tendo como objetivo a defesa dos interesses da empresa Águas de Gondomar, impedindo que se toque nos seus fabulosos lucros e que se planeia a reversão da concessão. Na verdade, o que o CDS defende é que o executivo municipal não só ampare a concessão como suporte os lucros da empresa, socorrendo qualquer descida das taxas praticadas com o orçamento municipal, que é o mesmo que dizer com o dinheiro dos gondomarenses.

Gondomar, 30 de abril de 2025

Os eleitos da CDU





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30.ABR 2025



----- Entrou-se no ponto **C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (27-02-2025).** -----

----- **VOTAÇÃO – Aprovado por unanimidade.** Nos termos do n.º 3, do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação os(as) Deputados(as) Senhores(as): Hugo André da Costa Santos, em substituição de Ana Patrícia Pegas da Cruz, Carlos Eduardo Aranha e Costa, em substituição de João Resende Pinto Figueiredo, Joel Ferreira Pinto, em substituição de Maria José Nogueira Barbosa Correia, David Manuel da Rocha Santos, em substituição de Maribel Santos Fernandes, Manuela Carneiro, em substituição de Ricardo Jorge Cardoso dos Santos Couto, Lúcia Ferreira, em substituição de Rosalina Sofia Neves Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova, por não terem estado presentes na sessão. -----

----- **2. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:** -----

----- **2.1 - Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2024;** -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Em primeiro lugar, apresentar novamente o meu agradecimento aos serviços da Câmara Municipal, que promovem a elaboração deste documento que, como sabem, é um documento técnico e os serviços é que são responsáveis por ele, o documento faz o retrato fiel do que aconteceu no ano de 2024. Depois dizer que o que encontramos espelhado no documento é uma execução de cerca de 85%, quer na despesa, quer na receita, que a nosso ver são níveis de execução bastante razoáveis e, apesar disso, nós também verificamos que continuamos no exercício que vem acontecendo desde 2013, com a redução da dívida e, neste momento, a margem de endividamento no Município de Gondomar são 74 milhões de euros, acho bastante significativo e quer dizer que este relatório e contas demonstra um caminho que foi trilhado no que diz respeito à solidez financeira do Município de Gondomar, que, julgo eu, com estes números, para os próximos anos, está garantida a possibilidade de promover grandes investimentos que esperamos venham a acontecer em Gondomar. Neste momento, temos uma capacidade de endividamento de 74 milhões de euros e, apesar disso, conseguimos manter um nível de investimento que consideramos assinalável, ele é mais visível, por exemplo, nas escolas, também nas obras em muitos pavilhões desportivos, obras em vários Centros de Saúde,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30.ABR 2025



algumas delas também que resultam do movimento de transferência de competências do Governo Central para as Autarquias, mas sim, a Câmara Municipal tem abraçado essas competências de forma muito proativa, quer na saúde, quer na educação e também temos mantido investimento nos nossos arruamentos e na rede viária. Também tivemos aumento da despesa corrente e, desde logo, começar pelos salários, não apenas pelo aumento do salário mínimo, pelas progressões nas carreiras, mas também pela contratação de novos colaboradores. O ano passado juntamos um retrato dos colaboradores do Município, este ano procuramos adicionar alguma informação no que diz respeito à Educação e procuramos fazê-lo paulatinamente, juntando outros assuntos a este documento para que ele não seja apenas um conjunto de números e tabelas de excel. Em suma é isto, vou estar disponível para os esclarecimentos que irão ser solicitados. Nós mantivemos um nível de investimento bastante razoável, temos ainda encargos relacionados com serviço da dívida, já muito menor do que em 2013, mas ainda assim fomos alargando disponibilidades futuras do Município, cumprindo também uma responsabilidade intergeracional, fazer a gestão do Município, deixando num estado em que, para quem vier a seguir, seja livre para tomar as decisões que quiser, o que não aconteceu a quem aqui chegou em 2013. Tenho a certeza de que quem aqui chegar no próximo ano, vai poder tomar as decisões de forma muito mais livre, porque tem à sua disposição, em termos financeiros, um Município que está numa condição bastante sólida. -----

----- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

----- **DANIEL VIEIRA** (CDU) – O Senhor Presidente da Câmara disse que estamos perante um documento de natureza técnica, é verdade, mas ele também permite fazer uma avaliação daquilo que foi o trabalho realizado no Município no último ano, mas permite outra coisa que é, em comparação com as contas de anos anteriores, perceber tendências e evoluções da ação do Município, nomeadamente, nos últimos doze anos da gestão do Partido Socialista. Provavelmente é a última Assembleia Municipal em que discutimos documentos estruturais de contas deste Mandato e por isso permitam-me tecer algumas considerações sobre estas contas de 2024. -----

----- Começo pela forma como o documento é apresentado, que tem a ver com a questão do pessoal e dos trabalhadores do Município. Já temos levantado esta questão algumas vezes e eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025

  
**GONDOMAR**  
Município de Gondomar

creio que era importante as diversas forças políticas terem presente que temos mesmo um problema do ponto de vista daquilo que é a estrutura piramidal do Município, ou seja aquelas que são as tendências do ponto de vista do envelhecimento do quadro de pessoal, da não renovação de quadros operacionais, o conjunto de pessoal do Município é um problema que existirá a médio e a longo prazo, e eu não tenho dúvidas que o problema não se resolve a partir do Município, resolve-se também com medidas do Poder Central, mas é um problema sério para o qual temos vindo a alertar. É verdade que há uma evolução naquilo que é o conjunto de trabalhadores até aos quarenta anos, mas é muito maior naquilo que são trabalhadores com mais de cinquenta anos. Dizer, sobre esta matéria, que há um elemento, relativamente à estrutura do pessoal, o número total de trabalhadores do Município cresce percentualmente cerca de 6,5%, o número de dirigentes cresce 14%, eu creio que este é um elemento que penso que não é positivo. -----

----- Relativamente ao Orçamento, a execução orçamental está na casa dos 85%, semelhante aquela que foi em 2023 e também daquilo que é o crescimento do bolo orçamental, quer do ponto de vista da despesa, quer da receita, ela acompanha-se, é relativamente proporcional, mas não deixa de ser significativa, ou seja, ela cresce 10% relativamente a 2023 e é significativa, até se compararmos a outros crescimentos que se verificaram em anos anteriores. Relativamente à receita, destacamos duas grandes áreas com aspetos técnicos, mas também com considerações políticas. Com aspetos técnicos, verificamos que há duas grandes áreas que crescem, impostos diretos e transferências correntes. Relativamente aos impostos diretos, verificamos que há um crescimento de 2 milhões e meio face a 2023, mas se compararmos esse crescimento face a 2019, verificamos que há um crescimento de 7 milhões de euros, o que significa que os impostos diretos aumentaram neste período 18,9%, o que isto quer dizer é que, mesmo com as reduções que foram feitas relativamente à taxa de IMI, aquilo que foram os impostos recolhidos através do IMT, que tem a ver com a questão do mercado imobiliário, permitia ir mais longe em duas áreas. Permitia ir mais longe naquilo que é a redução do IMI e naquilo que tem a ver com a isenção da Derrama para empresas que temos aprovado com um volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros, isto já é assim há sete ou oito anos, eu creio que já merecia uma atualização, primeiro, porque hoje esse volume de negócios já não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30.ABR 2025



atual face à realidade de uma pequena empresa e porque, de facto, a realidade comprova que é possível ir mais longe. Relativamente às transferências correntes, verificamos um crescimento de mais 5,5 milhões de euros face a 2023 e relativamente a 2019 esse crescimento é de 13 milhões de euros, 28,2% e sobre isso eu queria destacar o seguinte, nós temos uma contradição insanável e não consigo encontrar explicação para ela. Este aumento das transferências correntes deve-se essencialmente ao aumento de competências do Município, à transferência de competências entre a Administração Central para a Administração local e temos um problema concreto, que é, por um lado, alienamos serviços municipais, não queremos resgatar a água, entregámo-la no passado a privados, voltamos a estabelecer um concurso relativamente à recolha do lixo, fazemos prestações de serviço a torto e a direito, mas continuamos a aceitar transferências da Administração Central, nós achamos que a Câmara Municipal tem muitas competências e libertámo-nos delas, mas, por outro lado, aceitamos transferências, essas sim que são funções sociais do Estado, nomeadamente da Saúde e da Educação e que não deviam sair da esfera do Poder Central. -----

----- Relativamente à despesa, creio que é preciso ter atenção que há uma divergência, um “fosso” que se vai cavando e verificando entre aquilo que são as despesas correntes e as despesas de capital. Se fizermos uma comparação do primeiro ano deste mandato e a análise das contas de 2024, se fizermos uma análise da despesa corrente que é, em grande medida, influenciada pelos salários, mas também influenciada por essas novas competências que o Município, tem vindo a assumir. Se verificarmos essa divergência, verificamos que elas cresceram 31% nestes treze anos e isto é muito significativo e, por outro lado, verificamos que as despesas de capital, se comparadas com 2021, caíram 23% e este sim, é um problema. Ou seja, se eu admito que nas despesas correntes a Câmara possa, desse ponto de vista, não condicionar tanto, a despesa de capital e a sua redução, face a 2023, caíram 12%, se verificarmos, há aqui uma contradição orçamental, porque, por um lado temos um crescimento do Orçamento em cerca de 10% daquilo que é a sua execução total, mas por outro lado temos uma diminuição da despesa de capital, que é o investimento que o Município faz e esse cai cerca de 12%. Admito que haja muitos motivos para isso, como problemas de contratação pública, falta de empresas nos concursos, mas este é um problema do ponto de vista daquilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025

  
**GONDOMAR**  
*Esse*  
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

que é a estrutura orçamental e porque evidencia um problema de falta de investimento, porque se há menos de 12% de investimento face ao ano anterior, quer dizer que nós não conseguimos executar muitas das verbas que foram aprovadas. Por último, tem a ver com as taxas de execução, dizer que é verdade que 80% da execução orçamental global não nos parece um problema do ponto de vista daquilo que é uma estimativa, concretizar 85% não nos parece muito desajustado e até conhecendo realidades de outros Municípios, mas há problemas significativos em algumas áreas da execução orçamental, nomeadamente, obras municipais, mobilidade, desenvolvimento económico e turismo, urbanismo, espaços públicos, entre outros, com taxas de execução muito baixas e isto também acontece relativamente às GOP, em que temos várias áreas com taxas de execução abaixo dos 80% e temos chamado a atenção para isto, isto resulta muitas vezes do facto de se incluírem nas Grandes Opções do Plano obras ou perspectivas de obras ou enumerar rubricas com cabimentos de um euro, de mil euros para abrir a rubrica, eu percebo isso, mas depois sabemos que não vão ser executadas, o que faz com que tenhamos um grau de execução mais baixo do que é a execução orçamental total. -----

----- **CARLOS COSTA** (IL) – Começo por dizer que este é o segundo documento mais importante apresentado neste órgão a cada ano, mas como já aqui foi dito pelo Senhor Presidente do Executivo é um documento de cariz técnico, contudo, são as contas e não dá para as alterar depois da análise que aqui possa ser feita, contudo são o reflexo das opções políticas do Partido Socialista, opções essas que em tempo útil tentamos rebater em sede de debate orçamental, e com as quais a Iniciativa Liberal não se identifica e permitem também tirar algumas ilações sobre o estado do Município de um ponto de vista financeiro e não só. -----

----- Há semelhança do que disse o Deputado Daniel, quanto aos Recursos Humanos, temos, como já foi evidenciado pelo Presidente do Executivo, um aumento face ao período homólogo, mais contratações do que saídas, também já tem sido um hábito e continuamos com a tendência preocupante da média de idades dos quadros do Município. Ainda que seja de salutar um aumento do contingente nas faixas etárias mais novas, mais de 70% dos funcionários têm quarenta e cinco ou mais anos e como já temos vindo a alertar é uma bomba-relógio para os próximos Executivos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025

  
**GONDOMAR**  
  
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- Olhando agora mais para a questão dos números, continuamos a verificar um aumento brutal na receita proveniente dos impostos diretos, estamos a falar de cerca de 2 milhões e meio de euros, 3 milhões a mais face ao período anterior e depois temos este número que nos causa arrepios 8,8 milhões de euros que provêm da participação municipal do IRS, que não vão para os bolsos dos Gondomarenses para ficarem nos cofres da Câmara Municipal de Gondomar e quando digo, nos cofres, é literalmente nos cofres, porque com uma execução do orçamento inferior a 90% só demonstra que o dinheiro seria melhor aplicado pelos Gondomarenses na sua capacidade e liberdade de escolha. -----

----- Quanto à despesa, um brutal aumento nas despesas correntes, um aumento que vai para a casa dos 50% em comparação com o início deste mandato. É evidente que existem vários fatores, como a inflação, é impossível negar isso, mas também não ajuda um aumento constante de mais de 2 milhões de euros anuais em despesa com pessoal. -----

----- Quanto à execução por unidades orgânicas, mais não podia deixar de ser aqui uma pequena provocação, dar conta que no que à Assembleia Municipal diz respeito, os 6 mil euros que não foram executados poderiam garantir a transmissão destas sessões. O foco a dar é que, quando olhamos para o nosso Concelho e para boa parte dos nossos problemas e comparamos com este relatório, fica tudo um pouco mais claro e explicado o porquê desta estagnação. Modernização, execução de 46%; planeamento e desenvolvimento estratégico, execução de 49%, urbanismo, execução de 23,3%. Assim, Senhores Deputados, é impossível sair deste marasmo do qual se junta uma diminuição clara da despesa de capital, de grosso modo, no investimento. Em traços gerais, fica aqui demonstrada a estratégia, ou falta dela, do Partido Socialista ao longo deste mandato. Fazemos votos para que o panorama mude no próximo ciclo político, pois os Gondomarenses merecem mais e melhor. -----

----- **MANUEL PEDRO CARVALHO (CDS)** – Relativamente a este ponto, o CDS vai votar contra, evidentemente é um documento técnico, dizer que basicamente doze anos de governação do Partido Socialista e doze anos de estagnação, basta olhar para os indicadores. O Deputado Carlos Aranha referiu que os 8 milhões de euros de IRS ficaram nos cofres do Município, é preciso dizer que a Câmara Municipal é uma verdadeira máquina de cobrar impostos. Um município que retém na totalidade o IRS, que tem uma margem de IMI na malha urbana



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30.ABR 2025

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

superior a todos os Concelhos vizinhos, que tem uma taxa de derrama completamente desatualizada, um Concelho que ainda não tem metro até o centro do Município, continuamos com graves problemas ambientais, nomeadamente a poluição dos nossos rios e continuamos sem olhar para a nossa marginal ribeirinha. Este Executivo passou estes doze anos de costas voltadas para o Rio Douro e para a marginal ribeirinha, continuamos a não ter políticas de captação de investimento e o Partido Socialista continua a achar que os Gondomarenses pagam pouco de água em Gondomar. O Deputado Miguel veio dizer que a proposta do CDS da redução das taxas é demagógica e populista e eu queria relembrar ao Partido Socialista, que o CDS foi o único partido em 2020, quando houve um movimento que andou a pedir o resgate da concessão, acompanhado pelo Bloco de Esquerda e pela CDU, reunimos com as Águas de Gondomar, analisamos todos os indicadores e, na altura, o CDS foi o único que veio a público defender o resgate. O Partido Socialista acha que os Gondomarenses pagam pouco, se olharmos pelo menos para o valor do segundo escalão e compararmos com os dos concelhos vizinhos, vemos que em Gondomar pagamos quase o dobro e se falar de ramais ainda pior. -----

----- **JOÃO PEDRO FORTE (PS)** - Este documento que agora se vota é técnico, é maçador, vou fazer aqui o balanço dos últimos doze meses e também aproveitar e dizer o que foi o último mandato. De facto, o Partido socialista comprometeu-se com várias coisas, entre elas a redução do IMI, que se traduziu em cerca de 1 milhão de euros de receita que deixou de entrar nos tais cofres da Câmara, cumprindo uma promessa. Efetivamente cumpre-se a promessa, na redução do preço do custo da água, com um custo à Câmara de 2,7 milhões de euros, o Partido Socialista não é alheio às preocupações dos Gondomarenses quanto ao preço da água. -----

----- Fala-se numa cobrança de impostos que atingem valores exorbitantes. Quanto a impostos relacionados com o IMT, não há uma bola de cristal que permita adivinhar que no ano seguinte vamos ter uma grande receita de IMT. Este tipo de impostos se correram bem é porque Gondomar teve um trabalho nos últimos doze anos que foi bom e foi tão bom que as pessoas investem em Gondomar e se investem em Gondomar, depois traduz-se em receita fiscal, e ainda bem que assim foi e espero que para o ano também haja muita receita deste tipo de impostos, mas reduziu-se o IMI, há um custo para comparticipar o preço da água para as famílias e mesmo assim na ação social, por exemplo as IPSS, receberam apoios da Câmara,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30.ABR 2025



como por exemplo, a construção de centros geriátricos, há mais do que um a ser construído em Gondomar, que só é possível porque este Executivo foi sensível à necessidade que o território tem por este tipo de equipamentos e deu um apoio muito simpático. Houve intervenções de melhorias em centros de saúde, escolas, piscinas, as corporações de Bombeiros foram contempladas com fortes apoios, as responsabilidades, como por exemplo, a recolha de resíduos não foi descorada, a comparticipação do Município numa rede de transportes que se quer cada vez melhor, também não foi descorada e falou-se aqui em termos de taxa de execução, que nos últimos quatro anos, evoluiu de 71 para quase 86%, há aqui melhorias, podemos não as querer ver, mas há aqui melhorias. -----

----- Quando se discute este documento fala-se muitas vezes no custo com o aumento de pessoal, eu sei que quando se faz este alerta, há críticas ou intervenções aqui que eu não as percebi, critica-se que o quadro de pessoal está mais envelhecido, mas depois diz-se que foi pessoal admitido, há críticas que eu não entendi. -----

----- Falou-se aqui da Derrama, efetivamente nós devemos estar sempre recetivos a evoluir e atualizar escalões, mas já existe diferenciação e uma preocupação para com as empresas mais pequenas para que não sejam penalizadas. Quanto ao IRS, e há devolução do IRS, deixem-me dizer o seguinte. Trata-se apenas, e eu admito, de uma opção ideológica, nós podemos facilitar a quem tem rendimentos maiores e devolver algum IRS e depois com essa verba não dar os apoios que sabemos que vão ser necessários como por exemplo na habitação pública que eu gostava que estivesse a avançar melhor, mas acredito que já foi criado trabalho e há de evoluir.

----- Eu penso ~~e penso~~ que para a bancada do Partido Socialista, é muito mais importante apoiar as camadas mais desfavorecidas da sociedade e não devolver parte do IRS das pessoas que ganham mais. São opções e as pessoas votaram nestas opções. Aqui fez-se o balanço dos últimos doze meses, mas podíamos estar a falar do balanço dos últimos doze anos. Efetivamente a trajetória do endividamento tem sido favorável, hoje o Município de Gondomar está muito menos endividado, houve aqui uma gestão séria, rigorosa, que se preocupou, que tenta deixar isto melhor para o futuro. Hoje, o ordenamento do território está melhor, ainda há muito por fazer, mas hoje Gondomar está mais agradável, as pessoas estão a investir mais em





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025

  
**GONDOMAR**  
Município de Gondomar

Gondomar, acho que o balanço é positivo para os últimos doze meses e é positivo para os últimos doze anos. Por tudo isto, o Partido Socialista vai votar favoravelmente este documento.

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Quanto à Central de Captação de água da Foz do Sousa, apercebi-me que houve aqui uma insistência sobre esse assunto. Ainda hoje tive a oportunidade de falar com o Senhor Presidente das Águas Douro e Paiva, António Borges, eu já tinha estado na reunião da Assembleia Geral e nessa reunião foi dito que essa obra está prevista no Plano de Investimentos e como disse há pouco, tenho o documento aqui há minha frente, a propriedade do imóvel é das Águas do Porto e a obra vai ser realizada pelas Águas do Douro e Paiva, mas estamos atentos e acreditamos que o Centro do Conhecimento vai ser feito naquele espaço, vai ser cerca de 8 milhões de euros, o que me foi dito hoje é que a Administração das Águas do Douro e Paiva está à espera que seja publicado um despacho para que a empresa possa lançar o concurso do projeto de execução, aliás o Município de Gondomar já indicou um membro do júri para esse concurso, conforme nos foi solicitado. Agora dizer que estamos desatentos, isso é completamente falso e esse equipamento vai ser muito importante para aquela freguesia e para o Concelho de Gondomar, vai ser um centro de conhecimento e vai ter um espaço para a musealização daquele equipamento que está na história não apenas de Gondomar, mas também na história da Cidade do Porto e temos de aproveitar este investimento a ser feito em Gondomar. -----

----- Quanto ao resto que aqui foi dito, houve duas ou três coisas, dizer que Gondomar é o cobrador do fraque, eu ia sugerir o seguinte exercício: comparar as receitas do Município de Gondomar, designadamente as receitas em impostos diretos, com as receitas em impostos diretos dos Municípios aqui à volta. Quando pedimos investimento, precisamos de dinheiro para investir. A questão das despesas correntes é uma questão que também mereceu a nossa atenção, mas depois também é preciso olhar para elas com mais detalhe. É verdade, as despesas correntes têm aumentado em termos percentuais, só que, por um lado essas percentagens são destorcidas, porque realmente grande parte dessas despesas decorrem das transferências de competências e não podemos fazer uma comparação direta, desde logo as despesas com pessoal, nessa despesa corrente tivemos um aumento de 2,5 milhões de euros, em refeições escolares houve uma alteração do contrato e tivemos um aumento de cerca de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

70% no preço por refeição que o Município paga, tivemos um aumento de mais de 2,5 milhões de euros. A despesa que tivemos com a água foram mais 2,7 milhões de euros, mas foi para subsidiar a água e transferência para os bombeiros, despesa corrente, mais de 2 milhões de euros e é esta conta corrente somada que realmente atinge números que depois são elevados. É verdade que é despesa corrente, mas muito importante. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 2.1** - Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2024: **Aprovada por maioria**, com 15 votos contra (6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH), 2 abstenções (1 PAN + 1 IL) e 23 votos a favor (PS). -----

----- Pelos Grupos Municipais da CDU, do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

*Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 30 de abril de 2025*

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

### **2.1. - Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2024**

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Gondomar procederam à análise do Relatório e Contas de 2024. Acompanhando a posição da vereadora da CDU, os eleitos alertam para as seguintes questões:

1. A evolução do mapa e distribuição do pessoal evidencia, por um lado, novas competências do município em matérias que deveriam ser da responsabilidade do estado central e, por outro lado, problemas estruturais que se vêm agudizando, nomeadamente a incapacidade de renovação do núcleo de trabalhadores, em particular do pessoal operacional, bem como contradições verificasse com um crescimento muito significativo do número de dirigentes;

2. Um crescimento significativo, ano após ano, do volume orçamental, sem que isso represente um aumento do investimento (despesa de capital diminui cerca de 12% face a 2023), o que significa um peso maior das despesas correntes (cresceram 31,4% entre 2021 e 2024), resultado de novas competências, encargos com concessões e recurso permanente à prestação de serviços.

3. Crescimento das receitas provenientes dos impostos diretos (+ 2,5 milhões face a 2023 e um crescimento de quase 19% desde 2019) prova que é possível ir mais longe na redução da taxa de IMI e no valor de isenção da Derrama para pequenas e médias empresas.

4. Contradições preocupantes nas opções políticas do município, em que, por um lado, se tem optado por concessões ruinosos de serviços públicos essenciais (ex recolha resíduos, água, estacionamento) e, por outro lado, aumentam significativamente as receitas de novas competências (mais de 28% desde 2019) em matérias que correspondem a funções sociais do estado e cuja realidade comprova que uma desresponsabilização do estado central quer a insuficiência das verbas face às transferências ocorridas.

5. Continuam a verificar-se taxas de execução muito reduzidas, quer na estrutura orçamental quer nas Grandes Opções do Plano em áreas que exigem investimento como as obras municipais, a mobilidade, o urbanismo, o espaço público, o desenvolvimento económico.

Face a tudo isto, eleitos da CDU votam contra.

Gondomar, 30 de abril de 2025

Os eleitos da CDU



**Assembleia Municipal de Gondomar**  
**Declaração de Voto – Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas**  
**2024**

Relativamente ao ponto da Ordem de Trabalhos “**Ponto 2.1 – Relatório de Gestão de Documentos de Prestação de Contas de 2024**” apresentado pelo Executivo do Partido Socialista (PS) que Governa a Câmara Municipal de Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou por votar contra, pelos seguintes motivos:

1. O CDS Gondomar discorda totalmente das opções políticas do Executivo Municipal do PS (Partido Socialista), nomeadamente no que diz respeito aos investimentos efectuados, que na sua globalidade não acrescentam nenhum aporte, nem trazem qualquer retorno económico ou social para o nosso Concelho. Num ano em que as Famílias Gondomarenses e os nossos Empresários ainda continuam a sentir os efeitos da inflação, que provocou um aumento generalizado dos preços de bens e serviços, bem como uma carga fiscal Municipal das mais elevadas da Área Metropolitana do Porto, o Executivo do Partido Socialista deveria, como alertarmos publicamente várias vezes, priorizar os investimentos, canalizando-os para a captação de investimento e a diminuição da carga fiscal, nomeadamente da Derrama e do IRS, assim como a redução da despesa. Entendemos que estas opções políticas do Executivo Municipal do PS, infelizmente não dão respostas aos problemas concretos dos Gondomarenses e do nosso Concelho, que continua na cauda da Área Metropolitana do Porto;
2. O CDS de Gondomar depois de analisar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2024 e tendo em conta o parecer da Empresa Auditora, considera que o passivo do Município continua em níveis extremamente elevados, que podem colocar em causa a solvabilidade financeira da Câmara Municipal e também hipotecam o futuro das novas gerações Gondomarenses;
3. Para além disso, é importante referir que passados 12 anos de uma Governação Socialista com maioria absoluta, Gondomar continua sem metro no Centro do Concelho, continuamos com enormes problemas na área dos Transportes Públicos e da Mobilidade, com a UNIR a apresentar ainda muitas lacunas. Gondomar continua a ser um dormitório do Grande Porto, com uma ausência total de uma política de captação de investimento privado, que permita trazer para o Concelho mais empresas, permitindo criar mais postos de trabalho e gerar riqueza, e com isso aumentar igualmente a arrecadação de impostos, que nos permitiria baixar a carga fiscal sobre as famílias e as empresas. Continuamos igualmente a apresentar vários problemas ambientais, com descargas de esgotos nos Rios e a consequente poluição dos meios aquíferos, nomeadamente as nossas Praias Fluviais. Este Executivo do PS passou 12 anos de costas voltadas para o Rio Douro e para toda a Marginal Ribeirinha, e para todo o potencial bucólico que o nosso Concelho possui, saltando logo à primeira vista, a inexistência de um Roteiro Turístico e Gastronómico de Gondomar;

30.ABR 2025



*[Handwritten signatures]*

**Assembleia Municipal de Gondomar**  
**Declaração de Voto – Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas**  
**2024**

4. Projectos estruturantes que permitiriam alavancar o crescimento do Concelho, como o prolongamento do Pólis de Valbom até Marecos, em Jovim, ou a Recuperação da Antiga Central de Captação de Água de Foz do Sousa, ainda nem sequer foram concretizados, por exemplo, bem como a dinamização e potencialização da nossa Marginal Ribeirinha e das nossas Praias Fluviais;
5. Este Executivo Municipal do PS é uma verdadeira máquina de cobrar Impostos, Taxas e Taxinhas, mais parecendo o “Homem do Fraque”. Damos aqui apenas alguns exemplos dos níveis actuais da carga fiscal praticada pela Câmara Municipal de Gondomar: o Município fica com a totalidade dos 5% da Taxa de retenção Municipal de IRS, devolvendo **ZERO** deste Imposto aos Gondomarenses, o Município aplica uma taxa de IMI nas Freguesias urbanas (Rio Tinto, Baguim do Monte, Fânzeres, São Pedro da Cova, São Cosme e Valbom), superior aos Concelhos vizinhos de Valongo, Gaia, Maia, Matosinhos e do Porto, sendo este um imposto que incide tanto sobre as famílias bem como sobre as empresas, sendo um entrave à captação de investimento privado. Para além disso, Gondomar não ajusta a taxa de Derrama há vários anos, quando na realidade é urgente o Concelho praticar uma taxa inferior aos Municípios vizinhos, de forma a existir uma diferenciação positiva para as empresas que decidem abrir instalações em Gondomar e investir no nosso Concelho. Somando a toda esta carga fiscal existente, Gondomar tem das tarifas mais elevadas de água e saneamento da Região Norte e do País. Ou seja, os actuais níveis de carga fiscal em vigor no Município não são compatíveis com uma política fiscal virada para a captação de investimento, nem tão pouco para a fixação de população no Concelho;
6. Por todos os motivos acima expostos, o Grupo Municipal do CDS opta por votar **CONTRA.**

O Grupo Municipal do CDS  
Pedro Carvalho  
Urbano Marques  
Gondomar, 30 de Abril de 2025  
[cdsgondomar@gmail.com](mailto:cdsgondomar@gmail.com)



## Declaração de voto

### 2.1 - Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2024

O documento que discutimos neste ponto é o segundo mais importante apresentado anualmente pelo Executivo ao órgão deliberativo, documento esse que reflete as opções políticas tomadas pela maioria do Partido Socialista, opções essas que, em tempo útil, a Iniciativa Liberal tentou rebater em sede de debate orçamental, e com as quais não nos identificamos.

Este relatório permite, igualmente, aferir algumas ilações sobre o estado do Município, principalmente no que diz respeito ao capítulo financeiro, ilações essas que, ainda que este documento se baseie no ano de 2024, dão também abertura, e uma vez que estamos no fim de um ciclo, de aferir o que foi este mandato autárquico.

Um ponto que temos vindo a dar nota ao longo destes quatro anos prende-se com os dados relativos aos recursos humanos. Em 2024 deu-se um aumento no número de trabalhadores face ao ano anterior, por força do facto de terem existido mais contratações do que saídas, mas o dado que é mais assustador prende-se com a evolução da tendência de aumento da média de idades destes. Ainda que seja de salutar o facto de, neste último ano, se ter verificado um aumento do contingente nas faixas etárias mais baixas, continuamos a ter mais de 70% dos trabalhadores nas faixas etárias iguais ou superiores a 45 anos. Ora, tendo em conta as vicissitudes das carreiras da função pública, o que temos aqui é uma bomba-relógio que poderá rebentar nas mãos dos próximos executivos.

No que diz respeito à parte financeira propriamente dita, continuamos a verificar um aumento brutal na receita proveniente de impostos diretos, fixando em cerca de mais 3 milhões de euros face ao ano anterior. Outro número que achamos particularmente grave são os 8,8 milhões de euros que provém da participação municipal do IRS, uma enorme quantia monetária que não vai para o bolso dos gondomarenses para ficar, literalmente, nos cofres da Câmara Municipal de Gondomar, uma vez que, com uma taxa de execução orçamental na casa dos 85%, isso só demonstra que este dinheiro seria certamente mais bem aplicado pelos gondomarenses na sua liberdade de escolha do que nos cofres do Município.

30. ABR 2025



Quanto à despesa, verifica-se um brutal aumento nas despesas correntes, aumento esse que se situa na casa dos 50% em comparação com o início deste mandato. É certo que existem vários fatores que não abonam a favor deste ponto, nomeadamente a inflação, mas também fatores como um aumento constante de cerca de 2 milhões de euros anuais em despesa com pessoal não ajudam para controlar os gastos a esse nível.

Um olhar atento no capítulo da execução por unidades orgânicas leva-nos a entender muito claramente o porquê de estarmos a viver este nível de estagnação em Gondomar. Quando vemos uma execução de 46% em Modernização, de 49% em Planeamento e Desenvolvimento Estratégico e, principalmente, de 23,5% no Urbanismo, ficam claramente expostas as grandes dificuldades em evoluir o concelho, algo que a Iniciativa Liberal quis, desde a primeira hora, inverter.

Haveria, certamente, muito mais a dizer, mas, em traços gerais, fica aqui demonstrada o que foi a clara falta de estratégia do Partido Socialista ao longo deste mandato, pelo que fazemos votos para que este panorama mude claramente no próximo ciclo político.

Dito isto, mas tendo também em conta que este relatório é de cariz essencialmente técnico, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** neste ponto.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30.ABR 2025



----- **2.2 - Terrenos – Desafetação de parcela de terreno com a área de 3,00m<sup>2</sup>, sita na Rua de Manariz, em Fânzeres, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova;** -----

----- **VOTAÇÃO – Aprovada por maioria**, com 6 abstenções (4 CDU + 1 PAN + 1 IL) e 34 votos a favor (23 PS + 6 PSD + 2 CDS + 2 CH + 1 PAN). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue.

----- **2.3 - Transporte escolar – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia da Lomba;** -----

----- **VOTAÇÃO – Aprovada por unanimidade.** -----

----- **2.4 - Concurso para cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º, 3.º e 4.º graus – Alteração da composição do Júri;** -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – Os membros de júri a substituir deixaram de ser colaboradores do Município de Gondomar, e, portanto, temos de os substituir por outros. -----

----- **VOTAÇÃO – Aprovada por maioria**, com 6 votos contra (6 PSD), 11 abstenções (4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL) e 23 votos a favor (PS). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

----- **2.5 - Abertura de procedimentos concursais para cargos de Direção Intermédia de 1.º e 2.º grau;** -----

----- **VOTAÇÃO – Aprovada por maioria**, com 6 votos contra (PPD-PSD), 11 abstenções (4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL) e 23 votos a favor (PS). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

*Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 30 de abril de 2025*

**DECLARAÇÃO DE VOTO****2.4 - Concurso para cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º, 3.º e 4.º graus –****Alteração da composição do Júri****2.5 - Abertura de procedimentos concursais para cargos de Direção Intermédia de 1.º  
e 2.º grau**

O posicionamento dos eleitos da CDU face aos procedimentos concursais dos cargos de direção intermédia, independentemente de situações que correspondem à gestão concreta, deve-se ao facto destes não só corresponderem a estrutura orgânica desfasada das necessárias do município e burocraticamente ineficaz, bem como a soluções que não estão desligadas de contradições que decorrem do quadro político.

Gondomar, 30 de abril de 2025

Os eleitos da CDU

30. ABR 2025



*[Handwritten signatures]*

### Declaração de voto

#### 2.4 - Concurso para cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º, 3.º e 4.º graus – Alteração da composição do Júri

A proposta que aqui nos é apresentada não parece, à partida, ter qualquer tipo de objeção a fazer, uma vez que o Executivo justifica a alteração da composição dos júris tendo em conta que os anteriores nomeados, por razões diversas, já não se encontram ao serviço da autarquia. Perante esse cenário, a alteração é natural.

Aquilo que nos chama a atenção é que os concursos aos quais este júri vem agora ser alterado foram já autorizados em sessões do órgão deliberativo datadas do ano de 2023, ou seja, há praticamente dois anos. Fica por saber a razão, uma vez que o Executivo não esclarece qualquer tipo de informação a esse respeito, pela qual estes concursos, em dois anos, não viram qualquer tipo de avanços. Isto poderia levar qualquer um de nós a criar suspeitas que podem ser perfeitamente infundadas. É também por isso que a Iniciativa Liberal se tem batido, ao longo deste mandato, por um maior grau de transparência da parte do Executivo.

Assim, face a algumas dúvidas existentes, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** neste ponto.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa

30. ABR 2025



### Declaração de voto

#### 2.5 - Abertura de procedimentos concursais para cargos de Direção Intermédia de 1.º e 2.º grau

A Iniciativa Liberal, desde a primeira hora, posicionou-se de forma desfavorável à estrutura orgânica do Município que foi implementada no decorrer deste mandato. E, até ao momento, os resultados desta opção não parecem estar a surtir efeito, o que demonstra que estivemos do lado certo da história desde o primeiro momento.

Contudo, a posição quanto à opção política do Executivo não deve confundir-se nem com entraves a processos administrativos naturais da gestão corrente dos quadros do Município, muito menos com uma posição que possa colocar em causa uma pessoa poder ter um emprego.

Posto isto, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** neste ponto.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30.ABR 2025



----- **2.6 – Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação do Município de Gondomar 2025-2030 – Para conhecimento.** -----

----- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

----- **DANIEL VIEIRA** (CDU) – Estamos a olhar para um documento importante, nós estamos perante um documento que inicialmente parece um documento inicialmente mais técnico, mas eu acho que é mais um documento político, porque permite às forças políticas propor propostas relativamente à área social do Concelho de Gondomar. O documento é feito pelo executivo, tem as suas características, mas acho que estamos perante um conjunto de dados que tem de ser e o que temos que ter presente quando fazemos propostas eleitorais e quando fazemos propostas relativamente ao Concelho, do ponto de vista daquilo que são as tendências relativas ao envelhecimento, ponto de vista daquilo que são tendência aos principais problemas social e a falta de retaguarda, do ponto de vista por exemplo na área da habitação. Estamos perante um documento que no nosso entendimento, quando a gente depois discute sobre a polis é o que nos deve nortear e que teremos em conta naquilo que são as propostas que iremos apresentar no quadro do próximo processo eleitoral. -----

----- **MIGUEL AZEVEDO** (PS) – Começo por saudar todos os que contribuíram para este trabalho. O Plano de Desenvolvimento Social de 2025 e 2030, mostram uma visão abrangente e participada do que deve ser uma política social orientada para a coesão e justiça territorial. É sem dúvida um documento ambicioso que reconhece as múltiplas faces da vulnerabilidade social, desde a infância à velhice, passando pelas questões habitacionais, da saúde mental, do desemprego, da exclusão. E nesse reconhecimento inclui com justiça as pessoas com deficiência. A este propósito está como pontos positivos, a vontade política de colocar a inclusão no centro da estratégia concelhia, o reconhecimento formal das pessoas com deficiência como grupo prioritário e o que revela sensibilidade social e o facto de se preverem medidas como a promoção da empregabilidade e melhoria das respostas sociais. Contudo, como membro ativo da comunidade que defende os direitos das pessoas com deficiência, trago também uma crítica construtiva mas firme, apesar das boas intenções a resposta proposta é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025



MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ainda insuficiente para transformar a realidade de uma forma efetiva. Destaco quatro aspetos: Primeiro falta de um diagnóstico concreto da realidade local das pessoas com deficiência dados desagregados por freguesia, por idade, por tipo de deficiência, sem essa base não há um planeamento estratégico sério. Segundo, os indicadores previstos são vagos, expressões como número de ações realizadas ou número atividades promovidas não nos dizem nada sem metas claras e sem aferição de impacto. Terceiro, a articulação com as suas áreas estruturantes é limitada, faltam medidas robustas em mobilidade, em habitação adaptada, saúde, educação inclusiva e acesso à cultura e quarto e talvez o mais grave, o plano ignora o papel das famílias. É fundamental, as famílias são muitas vezes as únicas estruturas de apoio de pessoas com deficiência, são cuidadoras, são gestoras, são suporte emocional, físico e financeiro e infelizmente o plano quase não as menciona. É fundamental envolver as pessoas com deficiência e também as suas famílias com as pessoas com deficiência e também em arranjar soluções e é urgente criar medidas concretas de apoio aos cuidadores informais que vivem muitas vezes em situação de exaustão, solidão e carência económica. Senhor Presidente, Senhores(as) Vereadores(as) e Senhores(as) Deputados(as), incluir não é só criar estruturas, é ouvir, é apoiar, é garantir dignidade às pessoas e às suas famílias, a deficiência não se supera apenas por boas práticas, supera-se com políticas justas, com investimento, com compromisso. Por isso proponho que este plano seja complementado com um plano de ação específico para a deficiência, que inclua um diagnóstico detalhado, metas mensuráveis, financiamento dedicado, medidas de apoio direto às famílias e uma participação ativa dos próprios cidadãos com deficiência e dos seus cuidadores. Só assim, poderemos dizer que com verdade ninguém fica para trás em Gondomar. -----

----- **VEREADORA SENHORA CLÁUDIA VIEIRA** – Importa aqui ressaltar que este documento foi construído em sede local da ação social, com todas as entidades sociais do Município e por tanto entendemos que é um documento estratégico, como falou o Deputado Daniel, orientador e balizador do que é a radiografia do Concelho e quais os caminhos a apontar. O nível de concretização que o Senhor Deputado Miguel fala, prende-se com a execução do plano que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30. ABR 2025



GONDOMAR

*é o seu*

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

está aqui apresentado, não é só na área da deficiência, temos muitas áreas nas quais nos devemos debruçar e para as quais estamos afincadamente cientes de que devemos continuar a trabalhar para resolver os problemas sociais, mitigar todas as necessidades das populações vulneráveis. -----

----- A Assembleia **tomou conhecimento**. -----

----- A sessão foi encerrada às 23 horas e 30 minutos, do dia 30 de abril de 2025. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO,